

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO

GOMES, Alessandro.

alefot@bol.com.br

Resumo:

Este trabalho busca evidenciar a grande importância da formulação e avaliação das Políticas Públicas de Turismo, objetivando um desenvolvimento sustentável com melhores condições sociais e econômicas e, proporcionando, ao mesmo tempo, um elevado grau de satisfação para os turistas.

Palavras – chaves: Políticas públicas, Turismo, Desenvolvimento sustentável

Abstract:

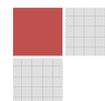
This work search to evidence the great importance of the formularization and evaluation of the Public Politics of Tourism, being objectified a sustainable development with better social and economic conditions e, providing, at the same time, one raised degree of satisfaction for the tourists.

Key-words: Public politics, Tourism, sustainable Development

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DA ARTICULAÇÃO ENTRE O SETOR PÚBLICO E O SETOR PRIVADO NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Promover a integração política entre os setores público e privado é uma das receitas mais certeiras para o desenvolvimento do turismo em toda e qualquer esfera. A integração, em seu sentido mais estrito, é causa inicial para a evolução sócio-econômica e proporciona uma série de impulsos correlatos,



cominando, por exemplo, com a conscientização e o crescimento da profissionalização, a busca da formação altamente qualificada, o estabelecimento de planos e ações otimizados, além de muitos outros resultados altamente positivos.

Este trabalho, apresentado como exigência para a conclusão da disciplina “Políticas Públicas e Desenvolvimento”, do curso de Pós-graduação em Legislação Ambiental em Turismo, da Associação Cultural e Educacional de Garça, através de uma análise sucinta, busca evidenciar a grande importância da formulação e avaliação das Políticas Públicas de Turismo, objetivando um desenvolvimento sustentável com melhores condições sociais e econômicas e, proporcionando, ao mesmo tempo, um elevado grau de satisfação para os turistas.

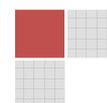
CONCEITUAÇÃO

Fonte de uma das mais relevantes atividades econômicas no mundo, o turismo vem se desenvolvendo com muita rapidez em alguns países, como Espanha, Itália, França, graças à conscientização e à ação do poder público que, percebendo a importância desta atividade, passou a intervir no mercado turístico, estabelecendo parcerias com o setor privado, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento do setor.

Antes, porém, de mergulhar com profundidade na importância do tema, faz-se mister verificar alguns conceitos a fim de que não se construa uma visão alargada do tema e, tampouco, seja analisada a questão por um viés estreito demais, a começar pelo turismo.

Segundo o INSEE, o turismo é:

“um conjunto de funções econômicas exercidas para satisfazer as necessidades dos turistas.”



Esta definição, por si só, não explica o que é um turista e quais são suas necessidades que, aliás, evoluem com gigantesca velocidade. Para reforçar a conceituação, Wahab (1997), dá sua contribuição, ao delimitar que, na atualidade:

“o turismo é uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como ligação da interação entre povos, tanto dentro de um mesmo país como fora dos limites geográficos dos países. É visto como o deslocamento temporário de pessoas para outra região, país ou continente, visando à satisfação de necessidades outras que o exercício de uma função remunerada”.

Mas, o caráter que devemos nos ater a essa proposição vem em seguida na própria definição do autor:

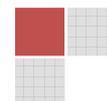
“para o país receptor, o turismo é uma indústria cujos produtos são consumidos no local formando exportações invisíveis. Os benefícios originários deste fenômeno podem ser verificados na vida econômica, política, cultural e psicossociológica da comunidade.”

Por mais que se tente variar, a definição de turismo deixa explícito o caráter econômico da atividade, atribuindo um potencial de lucro, deixando, em segundo plano, questões não menos importantes como o caráter social, cultural, ambiental, político e outras inerentes às atividades turísticas.

É, portanto, para preencher essas lacunas que se faz importante conhecer o que são políticas públicas.

Em sua monografia “Indicadores necessários à formulação de políticas públicas locais para o turismo sob a ótica dos stakeholders institucionais estratégicos”, (Barros, 2005) cita os autores Jenkins e Lickorish (1997, p. 200) os quais, segundo ela, definem políticas públicas como sendo:

“uma consideracion razonada de las alternativas”.



Sobre esse posicionamento (Barros, 2005) acrescenta que:

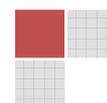
“essa sucinta definição parte do princípio de que o capital, a terra e os recursos humanos, para a maior parte dos países, são escassos. Assim, quando há escassez de recursos, um dos elementos da política deve ser o discernimento da melhor alocação desses recursos”.

Portanto, dessas explicações conclui-se que políticas públicas são atitudes que compreendem as decisões e ações tomadas por órgãos públicos – municipal, estadual ou federal - em diversas áreas e que causam influência direta na vida dos cidadãos.

A NECESSIDADE DE AÇÕES EM CONJUNTO E OS BENEFÍCIOS PROPORCIONADOS

O turismo é uma atividade que possui uma série de fragmentações e que são dependentes de ações de terceiros, como órgãos, empresas, instituições, profissionais, ONG's, etc, que estão envolvidos de forma direta ou indireta na prestação dos serviços. Tem-se aí, portanto, um ambiente diversificado do ponto de vista econômico e social, principalmente. E para que haja uma sintonia entre todos os membros desta comunidade é preciso haver também uma canalização das ações. Nesse caso, o Estado exerce papel fundamental, atuando de forma ativa, promovendo ações e parcerias com órgãos do setor privado, procurando manter condições adequadas com vistas ao aquecimento da competitividade, proporcionando a integralidade dos produtos e trabalhos. Sem essa integralidade, aponta a (OMT, 2001):

“é impossível conseguir a satisfação total do consumidor, sua fidelidade e a sua competitividade”.



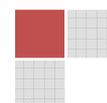
A própria (OMT, 2001) cita duas funções básicas para que o Estado funcione como agente facilitador do desenvolvimento. Uma delas é executando as preferências da sociedade, através da utilização de instrumentos de regulação econômica, investimentos e arrecadação fiscal. Outra é através da maximização dos benefícios sociais proporcionados pelo turismo, através de informações, capacitações, gerenciamento, aumento da produtividade do setor público e bens públicos, incluindo a ordem pública e a proteção ao meio ambiente.

A intervenção do estado, entretanto, não pode ser limitada a essas funções. (SILVA, 2000) cita que o Estado pode intervir no fomento das atividades do turismo de outras formas, como por exemplo: estabelecendo ações políticas de turismo livre, promovendo a facilitação e o acesso das pessoas ao descanso e férias, promovendo estudos de recursos e atrativos para o turismo local e regional, estabelecendo proteção ecológica ao meio ambiente, investindo na formação e qualificação profissional e técnica, elaborando normas que regulem as atividades turísticas em locais e com fins específicos, realizando obras de infra-estrutura, facilitando acesso, segurança, comunicação, higiene e saúde, por exemplo, e promovendo campanhas de conscientização.

Mas, destaca-se o item mais importante: a promoção de parcerias para atrair investimentos do setor privado, o que pode ser concebido por intermédio de ações fiscais e tributárias, por exemplo.

Ao setor público cabe as funções de coordenação, planejamento, legislação, regulamentação, incentivo, atuação social, promoção e atuação. Ao setor privado, as atividades de organização, atendimento do planejamento e respeito as normas e regulamentações, promoção, constante melhora na qualidade dos serviços, produtos e atendimento.

Quando os setores público e privado trabalham em conjunto os benefícios resultantes são ainda mais extensos. A capacidade de promoção, por exemplo, se expande em níveis considerados. As promoções levam os preços a níveis competitivos, proporcionando ainda melhora altamente significativa nos meios de comunicação, transporte e segurança.



A parceria também resulta numa melhor ordenação, proporcionando regulação e regulamentação da oferta e da procura, melhorando a comercialização, distribuição e recepção, diminuindo inclusive os problemas resultantes da sazonalidade turística através do fomento do turismo regional, com atrativos culturais, artísticos, comerciais, circunstanciais, dentre outros.

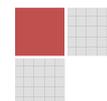
As políticas públicas exercem papel significativo no processo de desenvolvimento da comunidade. Por exemplo, a começar pela possibilidade de maior sincronismo entre os poderes Legislativo e Executivo, uma vez que não há ação sem que haja primeiramente estudos, análises e aprovações. O trabalho em conjunto vai além, Legislativo e Executivo, nessa parceria, precisam se debruçar sobre questões importantes como análise do orçamento, elaboração de medidas e legislações específicas, além de projetos e programas de incentivo e benefício.

Dessas uniões, por exemplo, podem resultar os Conselhos de Turismo, órgão que geralmente congrega membros dos setores público e privado e se torna responsável pela maioria das elaborações de diretrizes e políticas de incentivo.

A parceria entre o setor público e o privado também permite a melhora substancial na qualidade da segurança oferecida. Quando comunidade e autoridades trabalham juntas as possibilidades de sucesso são ainda maiores, seja através de campanhas de educação, incentivo, levantamento de dados, denúncias, projetos e programas de proteção aos bens, patrimônios, serviços, instalações públicas, ordenamento, trânsito e até defesa civil.

Outro setor amplamente beneficiado com a união dos setores é o que se refere às relações internacionais. Políticas públicas bem definidas se tornam fatores primordiais para atrair turistas de outros países. Essas parcerias podem ser estabelecidas através de contatos e programas envolvendo consulados, promoções direcionadas, apoio a excursões e várias outras formas.

No campo da Assistência Social os ganhos com a parceria também são consideráveis. As políticas públicas podem contemplar passeios para diferentes camadas e classes sociais, estabelecer projetos de cunho cultural, educativo, melhoria na qualidade dos serviços como transporte, assistência a



idosos e portadores de necessidades especiais, cuidados com crianças e adolescentes, observações especiais quanto a mães recentes e gestantes, programas de combate às drogas, criminalidade e exploração da prostituição.

São medidas que estão atreladas como outros setores, como por exemplo, da Saúde, onde a parceria entre setor público e privado também tem elevada significância. Políticas públicas bem desenvolvidas implicam em hospitais e centros de saúde em boas condições 24 horas, remédios, pronto-atendimento, além das sempre esclarecedoras campanhas educativas e das medidas combativas e das atuações preventivas tomadas pela vigilância sanitária.

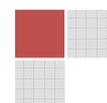
No setor Profissional os ganhos são imensos. A quantidade de prestadores de serviços aumenta na medida em que a procura pelo turismo também se desenvolve. A profissionalização e a especialização são fatores importantes, melhorando o grau de conhecimento e possibilitando maior empregabilidade à comunidade local.

Mas não pára por aí. Também pegam carona na lista de setores beneficiadas a Educação, a Cultura, a Cidadania, os Direitos, o setor de Urbanismo, a Habitação e Mercado de Imóveis, Saneamento Básico, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Comércio, Serviços, Indústria, Comunicações, Energia, Transporte, Esportes e Lazer, cada qual com as suas devidas particularidades.

IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto é notório que o conceito de Política Pública é muito mais extenso do que se imagina e vai muito além das simples decisões políticas. Por Políticas Públicas entende-se que são decisões que requerem diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.



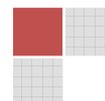
Na esfera do turismo, Políticas Públicas passam a ter uma importância ainda maior quando são realizadas através de parcerias firmadas entre os setores público e privado. Os atos que o governo e o setor privado estabelecem proporcionam efeitos com muito mais consistência na sociedade. As vantagens, como vistas anteriormente, são facilmente perceptíveis e destacadas.

No entanto, para que os resultados possam ser sentidos na prática é preciso avançar principalmente na formação de especialistas que possam atuar como assessores e consultores na elaboração, formulação e avaliação de tais políticas. O Turismo não mais poderá ser tratado com ações pontuais e isoladas, que acabam beneficiando a um único grupo social. Deve-se observar a relevância da elaboração ou formulação de Políticas Públicas de Turismo de forma comprometida e diretamente relacionada com a realidade local, estadual e federal, levando-se em conta a potencialidade turística, as deficiências, as condições favoráveis, a situação da população e quaisquer outros entraves técnico-burocráticos.

Elaborar, aplicar e avaliar Políticas Públicas é um processo de constante construção, em que o grau de satisfação da população é que vai evidenciar o possível sucesso ou tão temido fracasso.

V

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



Barros, P. M. Indicadores necessários à formulação de políticas públicas locais para o turismo sob a ótica dos stakeholders institucionais estratégicos. Santa Catarina: 2002

INEES - Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos. In: www.inees.fr. Visitado em 12 de maio de 2007

OMT. Introdução ao Turismo. Traduzido por Dolores M. Rodrigues Córner. São Paulo: Rocca, 2001.

Silva, J. A. Santos. Pensando o planejamento face à intervenção do estado no turismo: a questão do sistema de informações. In: Turismo - Visão e Ação – Ano 2, n 5 – mar/2000.

Wahab, S. E. A Introdução à Administração do Turismo. Editora Pioneira. São Paulo: 1977

